



Sem justiça, uma governação aberta é uma fachada.

Nós, abaixo assinados, somos organizações de justiça de base que trabalham em África. Através de várias estratégias de empoderamento legal, trabalhamos para colocar o poder da lei nas mãos das pessoas comuns; construindo poder e solidariedade entre as comunidades para combater os sistemas de injustiça.

Gostaríamos de compartilhar nossa opinião sobre o esboço da Estrategia 2023-2028 da Open Government Partnership (OGP).

Aplaudimos a visão de democracias mais saudáveis, onde os governos são abertos e receptivos, e todos têm a oportunidade de moldar e supervisionar políticas e serviços públicos para que melhores resultados sejam entregues a todos.

Concordamos plenamente que a concretização dessa visão exige que 'todos tenham a liberdade e a capacidade de buscar reparação efectiva quando o estado de direito não for preservado, os direitos das pessoas não forem respeitados ou suas necessidades não forem atendidas, sem risco ou dano, e onde os funcionários públicos são responsáveis por suas decisões e acções, e todos podem ver que os recursos públicos são geridos de forma transparente, justa e equitativa.'

No entanto, estamos desapontados por a justiça não ser um tema prioritário na estratégia. Em nossa humilde opinião, a justiça é a base de qualquer governação aberta. A principal razão pela qual governação aberta não é a norma é por causa de sistemas de injustiça

profundamente enraizados. Transparência, prestação de contas e participação fazem parte da história da governação aberta, mas não da história toda. Sem justiça, a ponte entre a participação dos cidadãos e a governação aberta permanece incompleta. Para alcançar uma governação aberta, as pessoas devem ser capazes de participar significativamente dos processos de definição de agendas institucionais e responsabilizar as instituições por falhas sistémicas.

O que descobrimos é que, quando as próprias pessoas envolvem directamente as instituições de maneira empoderada, invocam evidências concretas, invocam o conhecimento da lei e também se reúnem, muitas vezes conseguem fazer com que essas instituições se movam. Esse processo de engajamento directo de soluções administrativas por pessoas comuns é onde vimos um grande potencial.

Nossa trabalho de justiça comunitária representa uma forma diferente de buscar a reforma, que nasce de pessoas comuns tentando fazer com que as regras e os sistemas funcionem para elas.

Em um mundo onde bilhões de pessoas vivem sem a protecção da lei e onde as pandemias globais, corrupção, emergências climáticas, ameaças à democracia e racismo estão aumentando, a OGP deve fortalecer, em vez de enfraquecer, seu compromisso com a justiça. Como um caminho para a justiça, o empoderamento legal pode desempenhar um papel crucial na tradução de compromissos governamentais abertos em reformas mais concretas no nível da comunidade. O empoderamento legal inclui tudo, desde programas comunitários paralegais à campanhas comunitárias, esforços de educação popular e litígios movidos pela comunidade que colocam as pessoas no centro de sua luta por justiça, permitindo-lhes "conhecer, usar e moldar" as leis que afectam a vida deles.

O que dizem as evidências:

Um crescente corpo de evidências reconhece a importância e o potencial do empoderamento legal. Embora nenhum estudo revele uma receita secreta para o sucesso, a pesquisa está ajudando a esclarecer o papel crítico que o empoderamento legal

desempenha no combate à corrupção, promovendo a participação e a inclusão e aliviando a crise climática.

1. O empoderamento legal fortalece o combate à corrupção e promove mudanças nas práticas institucionais.

À medida que mais países membros da OGP assumem compromissos para combater a corrupção, o empoderamento legal pode melhorar a implementação desses compromissos. Vários estudos documentados mostram que, quando combinado com outras intervenções, como o monitoramento da comunidade, o empoderamento legal cria caminhos que fornecem aos cidadãos as ferramentas relevantes para fazer valer seus direitos por meio do cumprimento das obrigações do governo.

No Malawi, os esforços de monitoramento da comunidade expuseram a corrupção no esquema de educação primária gratuita. As Organizações da Sociedade Civil usaram essas evidências para criar a conscientização da comunidade e pressionar os distritos a investir adequadamente em educação. Como resultado, várias mudanças na prática institucional ocorreram. Mais fundos foram fornecidos a alunos com necessidades especiais, os salários dos professores foram pagos em dia e as escolas permaneceram abertas apesar dos desafios orçamentais¹.

O empoderamento legal efectivo funciona para promover os compromissos do estado com a melhoria da prestação de serviços, propriedade efectiva e contratação aberta. Ele não apenas identifica fraquezas institucionais, mas pode e reforça a eficácia institucional².

2. O empoderamento legal promove o engajamento do cidadão.

Os esforços de empoderamento legal abrem oportunidades para as pessoas participarem e moldarem as instituições que afectam suas vidas. Um estudo dos esforços comunitários de protecção de terras liderados por paralegais em Uganda, Libéria e Moçambique descobriu

¹ <https://namati.org/wp-content/uploads/2014/05/evidence-review-1.pdf>

² [Usando o poder legal para conter a corrupção e promover a prestação de contas](#)

que seu trabalho fortaleceu as regras e estruturas que governam as terras comunitárias. Isso resultou em órgãos governamentais locais mais inclusivos, reforçando, em particular, as vozes de mulheres e jovens na tomada de decisões sobre terras e recursos naturais.

Na Índia, quando as campanhas de informação legal aumentaram a conscientização sobre os benefícios aos quais os alunos têm direito, bem como os direitos à informação e procedimentos de reclamação, mais pais participaram de comitês de supervisão sobre a qualidade da escola³.

O empoderamento legal adiciona uma dimensão participativa à reforma institucional, mobilizando os interesses, expectativas e capacidade do público⁴. As comunidades locais em Gana foram capacitadas para participar efetivamente nos processos de governação local e, ao mesmo tempo, as capacidades do governo local foram construídas para se envolver e responder às demandas da comunidade. Isso levou a um discurso construtivo sustentado entre os cidadãos e o governo local que aborda as necessidades e preocupações de desenvolvimento local⁵.

Dentro da estrutura da OGP, um componente explícito de empoderamento legal deve ser incluído onde as reformas podem ser aprimoradas se os cidadãos entenderem e estiverem cientes de seus direitos. O empoderamento legal pode fortalecer os mecanismos de responsabilidade pública.

3. O empoderamento legal pode ajudar a fortalecer a governança digital.

No Quênia, como em muitos outros países africanos, a inovação e a digitalização foram uma resposta fundamental à pandemia da COVID-19. Embora a governação digital possa ser mais eficiente, ela sempre aumenta o fosso entre os indigentes/marginalizados e os ricos.

³ [O caso para financiar e proteger os defensores da justiça de base](#)

⁴ [Empoderamento Legal: Avanço da Boa Governança e Redução da Pobreza - GSDRC](#)

⁵ [Intercâmbio Virtual de Aprendizagem na África Ocidental: Construindo o Poder da Comunidade para Combater a Injustiça \(1:24:51\)](#)

Constatamos que a governação digital tem sido caracterizada pela exclusão socioeconómica, inacessibilidade de dispositivos e dados e falta de *know-how* tecnológico. Além disso, os esforços de digitalização em África têm-se concentrado principalmente nas instituições, e não nas pessoas.

O compromisso de acesso à justiça no Quénia em seu IV Plano de Acção Nacional 2020-2022 da OGP encapsulou uma abordagem centrada nas pessoas para a adopção de tecnologia na justiça, para que as pessoas não sejam deixadas para trás devido à exclusão digital. Kituo cha Sheria estabeleceu um centro de tecnologia de informação e comunicação por meio do qual sua equipe e paralegais baseados na comunidade ajudam os clientes a comparecer ao tribunal *on-line* e arquivar documentos sem nenhum custo. Por meio da plataforma OGP, um mecanismo envolvendo o judiciário, organizações locais e paralegais comunitários está sendo projectado para melhorar o acesso à justiça digitalizada. A experiência queniana demonstra que os paralegais baseados na comunidade podem preencher a lacuna digital. A adopção da plataforma OGP de uma perspectiva de empoderamento legal é um caminho eficaz para garantir resultados positivos de justiça de governos com comunidades vulneráveis no centro.

4. O empoderamento legal é fundamental para aumentar a transparência, responsabilidade e participação da comunidade para enfrentar a crise climática e ambiental.

A crise climática e ambiental é, no fundo, também uma crise de justiça. A mudança climática está causando danos sem precedentes aos meios de subsistência das pessoas e destruindo os ecossistemas locais. No entanto, aprofunda as desigualdades existentes; os mais vulneráveis tendem a experimentar seus efeitos mais devastadores. As comunidades são expulsas à força de suas terras. Suas casas foram destruídas, seu ar e seus cursos de água estão poluídos e sua saúde está irreparavelmente danificada. Mulheres e meninas estão sujeitas ao aumento da violência sexual e de género e ao casamento infantil após os

desastres climáticos. Esses danos ambientais tendem a recair mais fortemente em comunidades já vulneráveis, afectando profundamente sua saúde e bem-estar.

No entanto, sabemos que a luta para proteger nosso planeta deve ser centrada em comunidades não empoderadas e impactadas. O empoderamento legal é uma parte crítica da solução⁶. Ao permitir que as comunidades conheçam, usem e moldem a lei, as abordagens de empoderamento legal permitem que as comunidades se reúnam para deter a infra-estrutura prejudicial e fazer cumprir as regulamentações de protecção: desde alertar os poluidores do ar em seus bairros até interromper a construção de novos oleodutos que transportam combustíveis fósseis sujos. As estratégias de empoderamento legal ajudam a garantir que as comunidades tenham o poder de governar a terra onde vivem e que as mulheres e meninas sejam capazes de garantir direitos à sua própria terra; isso, por sua vez, tem um efeito cascata, pois essas comunidades podem proteger melhor suas florestas e ecossistemas locais. De muitas maneiras, as abordagens de empoderamento legais oferecem caminhos para que as comunidades directamente impactadas tenham mais voz na tomada de decisões e, portanto, ajudem a criar instituições com maior capacidade de resposta e mais responsáveis. Isso, por sua vez, pode ser crítico para encorajar os governos a cumprir seus compromissos climáticos e ambientais.

5. As abordagens de empoderamento legal são vitais para alcançar a inclusão.

Abordagens de empoderamento legal são vitais para alcançar a inclusão. Na verdade, elas geralmente se concentram em comunidades historicamente marginalizadas que enfrentam camadas adicionais de discriminação e desvantagem. Os paralegais da comunidade permitem que mulheres e meninas garantam seus direitos à terra, obtenham pensão alimentícia ou obtenham soluções para violência de género⁷. Os paralegais também podem ajudar a lidar com a discriminação contra comunidades apátridas, refugiados, mulheres e

⁶ <https://community.namati.org/t/legal-empowerment-path-to-climate-justice/79695>

⁷ <https://namati.org/wp-content/uploads/2014/05/evidence-review-1.pdf> e [O caso para financiar e proteger os defensores da justiça de base](#)

outros, ajudando-os adquirir acesso à identidade jurídica e, portanto, benefícios públicos cruciais. Mas não apenas os resultados das abordagens de empoderamento legal apoiam a inclusão, mas também o processo. O empoderamento legal é colocar a lei nas mãos das pessoas e garantir que aqueles que foram historicamente e tradicionalmente excluídos da tomada de decisões possam moldar as instituições, regras e políticas que os afectam. Na verdade, a pesquisa mostrou que os paralegais comunitários podem ajudar a criar órgãos governamentais locais mais inclusivos, aumentando a voz das mulheres e dos jovens na tomada de decisões sobre terras e recursos naturais⁸.

Mais atenção à promoção de compromissos governamentais abertos que centralizem o empoderamento legal e as abordagens paralegais comunitárias levará a uma maior diversidade de vozes que influenciam a governação local e a formulação de políticas.

Oportunidade de construir sucessos a nível nacional.

Os compromissos de justiça existentes são muito promissores para melhorar a abertura judicial, a participação pública e o envolvimento significativo dos cidadãos.

Em 2020, o IV Plano de Acção Nacional do Quénia incluiu pela primeira vez um compromisso com a justiça. A lógica por trás da inclusão da justiça foi seu papel subjacente na obtenção de uma governação aberta.

Usando uma abordagem de empoderamento legal, o plano apoiou a construção da plena operacionalização da Política de Sistemas Alternativos de Justiça por meio de diálogos cidadão-governo, co-referência de casos e advogando por maior financiamento ao Judiciário.

A co-implementação do compromisso de justiça do Quénia aprofundou o acesso à justiça. A Política de Sistemas Alternativos de Justiça é liderada pelas comunidades; é transformadora, impactante e presta contas perante as pessoas.

Os líderes comunitários são formados em direitos humanos e transformação de conflitos. Tendo conhecimento da lei, as comunidades usam a lei para resolver suas disputas. A

⁸ <https://namati.org/wp-content/uploads/2019/01/Justice-For-All-policy-brief-MR.pdf>

conquista alcançada no Quênia na construção de reformadores da justiça com base na comunidade está intimamente ligada ao esboço do V Plano Estratégico (2023-2028) da OGP.

À medida que o esboço V Plano se aproxima da finalização, pedimos que você faça da justiça um tema prioritário com o empoderamento legal como um caminho para alcançar de forma sustentável a visão geral da OGP.

Assinado,

1. Kituo cha Sheria- Kenya
2. Africa Centre of Excellence-Access to Justice
3. Legal Empowerment Network
4. Legal Resources Centre - Ghana
5. REFORMAR-Research for Mozambique, Mozambique
6. Advocates for Community Alternatives, (ACA) - Ghana
7. Youth Arise for Rural Development Empowerment and Peace Building (YARDEPB)-
Sierra Leone
8. Lady Ellen Women's Aid Foundation - Sierra Leone
9. The Legal Aid Forum - Rwanda
10. POS Foundation - Ghana
11. Paralegal Alliance Network- Zambia
12. Africa Center for International Law and Accountability- Ghana
13. Legal Resources Foundation- Zimbabwe
14. Paralegal Advisory Service Institute (PASI) - Malawi
15. Movement for Resettlement & Rural Development (MoRRD)- Sierra Leone
16. Methodist Church Sierra Leone (MCSL) - Sierra Leone
17. Commonwealth Human Rights Initiative, Africa Office- Ghana
18. Ghana Anti Corruption coalition - Ghana
19. Ghana Center for Democratic Development (CDD-Ghana)
20. Katiba Institute - Kenya
21. Community Advice Offices (CAOSA) - South Africa
22. Tanzania Network of Legal Aid Providers (TANLAP) - Tanzania
23. Network Movement for Justice and Development(NMJD)- Sierra Leone

24. Timap for Justice - Sierra Leone